



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ/DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO**

ANEXO II

MINUTA

Contrato n° /2011 - COAD/DLOG/DPF **(08200.001649/2011-64-SERA/COAD)**

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI
CELEBRAM A UNIÃO, REPRESENTADA
PELO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA
FEDERAL, E A FIRMA

, NA FORMA ABAIXO:

A UNIÃO, por meio do Departamento de Polícia Federal, com Sede em Brasília/DF, instalado em seu Edifício Sede, no Setor de Autarquias Sul, Quadra 06, Lotes 09 e 10, inscrito no CNPJ sob o número 00.394.494/0014-50, órgão do Ministério da Justiça, neste ato designado simplesmente CONTRATANTE e representado por seu Coordenador de Administração, Sr **FERNANDO QUEIROZ SEGOVIA OLIVEIRA**, CPF. 462.824.161-91 e C.I. 991.356 SSP-DF, com delegação de competência que lhe confere a Portaria n° 2221/2011-DG/DPF, de 20 de abril de 2011, do Departamento de Polícia Federal - Ministério da Justiça e a Empresa

, estabelecida à _____, inscrita no CNPJ sob o n°. _____, neste ato designada simplesmente CONTRATADA e representada pelo Senhor _____, portador da CI n°. _____ SSP-DF, CPF n.º _____, resolvem firmar o presente instrumento, decorrente do Pregão Eletrônico n° _____ /2011 - CPL/DICON/COAD, observadas as disposições Lei n°. 10.520, de 17 de julho de 2002 (Institui modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns), pelos Decretos n°. 5.450, de 31 de maio de 2005 (Regulamenta o Pregão, na forma eletrônica), 6.204 de 05 de setembro de 2007 (Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as MEs, e EPPs), pela Lei Complementar n°. 123/2006 (Institui o Estatuto Nacional da ME e EPP), pela Instrução Normativa n° 02, de 11 de outubro de 2010 (Estabelece normas para o funcionamento do SICAF no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do SISG), e, subsidiariamente, pela Lei n°. 8.666, de 21 de junho de 1993 (Estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos), bem como pela legislação pertinente; mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto

1.1– O presente pregão eletrônico tem por objeto à retirada, aquisição e instalação de carpete, discriminado no quadro abaixo, para atender às necessidades do Departamento

de Polícia Federal, conforme condições e especificações constantes neste contrato, no edital e seus anexos.

ITEM	CARPETE
01	<ul style="list-style-type: none">• Carpete em placa modular nas dimensões 50x50cm até 100x100cm• Referência padrão milliken centro Freestyle custom cor cinza ou similar• Fibra da superfície: 100% nylon 6.0• Classificação por utilização: tráfego Severo pelo CRI TM-101, comprovado pelo teste ASTM-D-5252 HEXAPOD, com resultado superior a 3,5 ARR;• Método de construção das fibras: bouclê em um único nível com 2,5mm de altura mínima da fibra;• Garantia de 05 anos de antiestaticidade e resultado $\leq 3.5KV$ no teste AATC 134 (com 20% de Umidade relativa do ar a temperatura de 70°F);• Tratamento antimicrobiano incorporado a base primária e não nas fibras• Fogo retardante com resultado CLASSE 01 no teste ASTM-E-648;• Estabilidade dimensional: $<0,2\%$ de acordo com a Aachen Test;• Índice de propagação superficial de chama (categoria mínima): “Classe 1” conforme NBR8660 ou a ASTM E- 648;• Delaminação de acordo com a norma D3936 (garantia 05 anos)• Densidade ótica de fumaça: $Dm < 450$ e razão máxima de desenvolvimento de fumaça $Ds/min < 70/$ de acordo com ASTM-E-662;• Quantidade mínima de fibra: 18 oz/yd;• Bases primárias e secundárias: impermeáveis• Base primária 100% sintética;• Fixação com material atóxico e inodoro;• Proteção contra manchas;• Lavável;• Garantia do não levantamento de bordas: mínima de 05 anos;• Garantia de continuidade de fabricação para reposição: mínima de 05 anos; o carpete a ser especificado pelo fabricante deverá ser comprovadamente de linha, constando de catálogos

CLÁUSULA SEGUNDA – Da Documentação Complementar – O edital do Pregão Eletrônico nº /2011 - CPL/DICON/COAD, seus anexos e a proposta da CONTRATADA fazem parte integrante deste Contrato, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA – Das Obrigações da Contratada

3.1- Responsabilizar-se integralmente pelo serviço, procedendo à substituição imediata dos itens defeituosos ou danificados;

3.2- Executar o serviço de acordo com as especificações constantes deste instrumento (item 1.2) e no local indicado no item 3.1

3.3- Responder por todos os ônus referentes à entrega dos itens cotados, tais como fretes, encargos sociais e legais, impostos, seguros e obrigações trabalhistas e previdenciárias relativas aos seus empregados

3.4- Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela contratante, atendendo de imediato as reclamações;

3.5- Responder por qualquer prejuízo ou danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na entrega dos materiais, procedendo imediatamente os reparos ou indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente.

3.6 – Fornecer o material e executar o serviço dentro do prazo estabelecido anteriormente;

3.7 – Substituir, no prazo máximo de 15 dias, a contar da data de comunicação do fato pelo Setor de Almoxarifado/DMAT, o material que apresentar defeito ou imperfeição.

3.7.1 – A retirada e a substituição dos materiais defeituosos e/ou por qualquer outro motivo serão custeados exclusivamente pelo fornecedor.

3.8 – Fornecer, sempre que solicitado, a contar da notificação a documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;

3.9 – Manter, durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços, todas as condições que ensejaram sua habilitação e qualificação no certame licitatório.

3.10 – A empresa vencedora deverá apresentar à fiscalização pelo menos duas amostras da padronagem citada;

3.11 - O produto entregue deverá ter o Certificado de Qualidade, com a análise dos requisitos técnicos e das matérias primas utilizadas no carpete, através de ensaios nos laboratórios das amostras retiradas dos mesmos produtos efetivamente comprados para utilização na obra;

3.12 – Os certificados devem ser emitidos por laboratórios de domínio público e apresentados em língua portuguesa ou se traduzidos, por tradutor juramentado.

3.13 – Ao Departamento de Polícia Federal reserva-se o direito de, a qualquer momento, durante ou após a execução dos serviços, submeter amostras dos produtos fornecidos aos testes acima especificados, a serem feitos em laboratório de sua escolha e às suas expensas, para comprovação das propriedades especificadas neste Termo de Referência.

3.14 – Caso haja divergência entre os laudos dos produtos em utilização na obra e os aqui especificados, a CONTRATADA será notificada e fará a troca de todo o lote, ou de todo o material já fornecido, inclusive os já aplicados, a critério exclusivo do DPF, por material com a especificação correta, sem que isto acarrete motivo de atraso no cronograma da obra ou qualquer ônus ou motivo para cobrança extra ao DPF.

CLAUSULA QUARTA – Das Obrigações da Contratante

4.1 – Efetuar o pagamento nas condições e prazos pactuados;

4.2 – Notificar a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no serviço para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

4.3 – Fornecer por escrito as informações necessárias para a contratação do seguro;

4.4 - Designar um servidor especialmente para acompanhar e fiscalizar o recebimento do material e execução do serviço, a ser indicado pela Divisão de Material/COAD, anotando em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, sendo que as decisões e providências que ultrapassarem sua competência deverão ser solicitadas em tempo hábil para adoção das medidas convenientes.

4.5 – Não permitir o recebimento do material e do serviço em desacordo com o preestabelecido;

4.6 – Notificar o fornecedor registrado, via fax, e-mail ou telefone, para a retirada da Nota de Empenho.

CLÁUSULA QUINTA – Da Alteração Contratual

5.1 – O Contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato;

5.2 – Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos no item anterior, exceto as supressões resultantes de acordo celebrados entre os Contratantes.

CLÁUSULA SEXTA – Da Fiscalização

6.1 - Os serviços contratados serão acompanhados, fiscalizados e atestados pelo fiscal do contrato indicado por esta Administração/DPF, designado em instrumento próprio, Boletim de Serviço;

6.2 - Ao Fiscal compete acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar a execução do Contrato, bem como dirimir e desembaraçar quaisquer dúvidas e pendências que surgirem no curso de sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas, falhas, ou problemas observados, conforme prevê o art. 67 da Lei nº 8.666/1993 e suas alterações, comunicando à Coordenação de Administração para caso necessário adotar providências de advertência e penalização da contratada;

6.3 - São ainda atribuições do Fiscal do Contrato, dentre outras:

6.4 - Receber a Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA e atestar o recebimento do serviço, para fins de liquidação e pagamento;

6.5 - As decisões e providências que ultrapassarem a competência do servidor designado para o acompanhamento e a fiscalização dos serviços deverão ser encaminhadas à Coordenação de Administração, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

6.6 - A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos:

6.6.1 – a quantidade e a qualidade dos recursos materiais utilizados;

6.6.2 – o cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato;

6.7 – O material utilizado na execução do contrato será verificado a sua conformidade com o documento da contratada que contenha o detalhamento do mesmo, de acordo com o estabelecido no contrato, informando as respectivas quantidade e especificações técnicas, como marca, qualidade e forma de uso.

6.8 – O fiscal deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, na forma dos parágrafos 1º e 2º do artigo 67, da Lei nº 8.666/93;

6.9 – A Fiscalização do CONTRATANTE, não exclui e nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade e, na sua ocorrência, não implica em co-responsabilidade do poder público ou de seus agentes e prepostos.

6.10 – As ordens de serviços ou comunicações da fiscalização ao contratado, ou vice-versa, serão transmitidas sempre por escrito, devendo ser devidamente numeradas e anotadas no Livro de Ocorrências.

6.11 – A Contratante reserva-se o direito de recusar-se a atestar a Fatura/Nota Fiscal se, no ato da apresentação, os serviços executados não estiverem de acordo com a descrição apresentada.

CLÁUSULA SÉTIMA – Das Condições, Dos Prazos de Entrega e Execução

7.1- A execução do serviço será acompanhada pela Administração do Edifício Sede, localizada no Setor de Autarquias Sul quadra 06 lote 9/10, no horário das 8:00 às 12:00 e das 14:00 às 18:00h, de segunda a sexta-feira, e somente se efetivará após ter sido examinado e julgado em perfeitas condições técnicas.

7.2- O serviço deverá ser iniciado em até 15 dias após a emissão a publicação do extrato do empenho, com prazo máximo de 30 (trinta) dias para sua finalização.

CLÁUSULA OITAVA – Das Penalidades

8.1 – A inexecução total ou parcial das obrigações assumidas sujeitará a empresa adjudicatária às sanções previstas, podendo a Administração, garantida prévia defesa, aplicar as seguintes sanções:

8.1.1- Advertência, que deverá ser feita através de notificação por meio de ofício, mediante contra-recibo do representante legal da Adjudicatária, estabelecendo prazo para cumprimento das obrigações assumidas;

8.1.2 - Multa de:

8.1.2.1 – 0,2 % (zero vírgula dois décimos por cento) por dia de atraso, no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, até o 30º (trigésimo) dia, sem prejuízo das demais penalidades;

8.1.2.2 – 0,4% (zero vírgula quatro décimos por cento) por dia de atraso no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, após o 30º (trigésimo) dia, limitada ao percentual de 10% (dez por cento), sem prejuízo das demais penalidades;

8.1.2.3 – Multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação, incidente no caso de inexecução total;

8.1.2.4 – No caso de atraso de entrega ou inexecução do contrato superior a 90 (noventa) dias, poderá a Administração rescindir o contrato, sem prejuízo das penalidades previstas na Lei de Licitações;

8.1.2.5 – No descumprimento parcial das obrigações, o valor da multa será calculado de forma proporcional ao inadimplemento;

8.2 - A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia ou do pagamento eventualmente devido pelo Departamento de Polícia Federal ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente;

8.3 – As penalidades previstas poderão ser suspensas no todo ou em parte, quando o atraso no cumprimento das obrigações for devidamente justificado pela empresa Adjudicatária, por escrito, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis e aceito pelo Departamento de Polícia Federal;

8.4 – Poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado para a contratação e, ainda, ficará impedido de licitar e de contratar com a União, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, enquanto perdurarem os motivos determinantes na punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, garantindo o direito prévio da citação e da ampla defesa, a contratada que apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal;

8.5 - As sanções serão obrigatoriamente registradas no SICAF e, no caso de suspensão do direito de licitar, o licitante deverá ser descredenciado, por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital, no Contrato e das demais cominações legais.

8.6 – A multa aplicada após regular processo administrativo, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pelo Departamento de Polícia Federal.

CLAUSULA NONA – Da Rescisão

9.1 – Caberá rescisão contratual, na ocorrência de quaisquer dos motivos relacionados no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9.2 – A rescisão do contrato poderá ser:

9.2.1 – Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93;

9.2.2 – Amigável, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração; e

9.2.3 – Judicial, nos termos da legislação.

9.3 – Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei 8.666/93, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regulamentares comprovados que houver sofrido, tendo direito:

9.3.1 – pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;

9.3.2 – pagamento do custo da desmobilização,

CLÁUSULA DÉCIMA – Do Pagamento

10.1 - O pagamento será efetuado à empresa contratada, no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados a partir da data de apresentação das Notas Fiscais/Faturas discriminativas, em 02 (duas) vias, devidamente atestadas pelo Fiscal do contrato a ser designado em documentação própria, podendo o Departamento de Polícia Federal, descontar eventuais multas que tenham sido impostas a empresa contratada;

10.2 - Será procedida consulta “ON LINE” junto ao SICAF antes de cada pagamento a ser efetuado à Contratada, para verificação da situação da mesma relativa às condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.3 – Procedida a consulta, serão impressas declarações demonstrativas da situação da empresa contratada, declarações estas que deverão ser assinadas por servidor do Serviço de Execução Financeira e juntadas aos autos do processo próprio.

10.4 – Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de aplicação de penalidade ou inadimplência decorrentes do presente processo.

10.5 – As faturas contendo incorreções serão devolvidas à empresa, no prazo de até cinco dias úteis, com as razões da devolução apresentadas formalmente, para as devidas retificações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMERIA – Da Garantia

11.1 – Para a execução das obrigações assumidas, o DPF exigirá da empresa vencedora até 3 (três) dias após a assinatura do Contrato, prestação de garantia correspondente a 3% (três por cento) do seu valor total, em uma das modalidades previstas no art. 56 da Lei nº 8.666/93, que será liberada ou restituída somente após o término da vigência contratual e desde que não haja pendências.

11.2 – O valor da garantia poderá ser utilizado para corrigir as imperfeições verificadas na execução dos serviços, bem como nos casos decorrentes de inadimplemento contratual, e de indenização por danos causados ao patrimônio da União, ou de terceiros.

11.3 – O valor da garantia se reverterá em favor do DPF, integralmente ou pelo saldo que apresentar, no caso de rescisão contratual por culpa exclusiva da contratada, sem prejuízo das perdas e danos porventura verificados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Do Valor de Contrato e da Dotação Orçamentária – O valor do presente contrato é estimado em R\$_ (). As despesas no presente exercício correrão à conta dos recursos consignados ao Departamento de Polícia Federal, no Orçamento Geral da União, sob a seguinte classificação: Plano Interno , Elemento de Despesa , Programa de Trabalho , Nota de Empenho n.º , no valor de R\$_ ().

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Dos Encargos Moratórios

13.1 – Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes formulas:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$

EM = I x N x VP, onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

13.2 – Na hipótese de pagamentos de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa..

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Do Equilíbrio Econômico e Financeiro

14.1 – A Contratada tem direito ao equilíbrio econômico-financeiro do contrato, procedendo-se à revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento;

14.2 – A Contratada, quando for o caso, deverá formular à Administração requerimento para a revisão do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações contraídas por ela.

I – a comprovação será feita por meio de documentos, tais como: lista de preço de fabricante, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão do contrato.

II – junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos comparativa entre a data de formulação da proposta e do momento do pedido de revisão do contrato, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercuta no valor total pactuado.

III – a Administração reconhecendo o desequilíbrio econômico-financeiro, procederá à revisão do contrato.

14.3 – Independentemente de solicitação a Administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado;

14.4 – As alterações decorrentes da revisão do contrato serão publicadas no Diário Oficial da União.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – Da Vigência – O contrato terá vigência de 45 (quarenta e cinco) dias corridos, contados a partir da publicação do extrato no Diário Oficial da União.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – Da Publicação – A publicação resumida do instrumento de contrato na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua

eficácia, será providenciada pela Contratante até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – Da Legislação e Foro – Fica expressamente acordado que ao presente Contrato aplicar-se-ão as soluções preconizadas pela legislação brasileira, inclusive quanto aos casos omissos.

As partes elegem o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, com renúncia de qualquer outros, para dirimir dúvidas e decidir sobre quaisquer reclamações relacionadas com o presente Contrato.

E, por estarem justas e acertadas, foi mandado digitar este Contrato, em 03 (três) vias, para um só efeito, as quais, depois de lidas e achadas conforme, vão assinadas pelos representantes das partes contratantes, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo.

Brasília/DF, de de 2011.

FERNANDO QUEIROZ SEGOVIA OLIVEIRA
Coordenador de Administração/DLOG

Empresa

Testemunhas